



O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Senhoras e senhores, agradeço a todas e a todos pela presença. Peço que tomem assento para iniciarmos nossa audiência pública.

Esta é a nona reunião de audiência pública que nós realizamos aqui pela CMO. A gente já se desculpa pelo atraso e pede a compreensão de todos pela inconstância da Casa nas pautas e nos debates que nós temos feito com os mais diversos partidos e frentes para avançarmos com bons projetos para o Brasil.

Dessa forma, declaro iniciada a 9ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta audiência foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 5, de 2025, da CMO, de minha autoria, com o objetivo de debater a política sobre clima sob as perspectivas orçamentárias do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026.

Para isso, teremos as participações: do Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico — ANA; da Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Transferência, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil; da Sra. Adriana de Oliveira Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento Público, do Observatório do Clima; da Sra. Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos, Consultora Legislativa de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal; do Sr. Vinicius Oliveira Ribeiro, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara dos Deputados.

O Deputado Bohn Gass, do PT do Rio Grande do Sul, representa a Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras e fará sua participação remotamente, por meio da plataforma Zoom, como primeiro inscrito para usar a palavra.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que cada convidado disporá de até 5 minutos prorrogáveis para a exposição, de acordo com o inciso III do art. 5º da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além disso, conforme estabelecido no art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do § 5º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, terminada a apresentação dos expositores, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo



máximo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos.

Informo ainda que a apresentação dos participantes, quando houver, estará disponível na página da Comissão.

A lista de inscrição para o debate está aberta.

Começo convidando para compor a Mesa o Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico — ANA.

Peço uma salva de palmas para o nosso Marcelo. *(Palmas.)*

É sempre bom entrar com uma salva de palmas, não é?

Convido também a Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Peço também uma salva de palmas para a nossa querida Ana. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Transferência, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Peço uma salva de palmas também. Essa turma de orçamento tem que ser aplaudida mesmo. *(Pausa.)*

Convido ainda a Sra. Adriana de Oliveira Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento Público, do Observatório do Clima *(palmas)*; a Sra. Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos, Consultora Legislativa de Orçamentos, Fiscalização e Controle, do Senado Federal *(palmas)*; o Sr. Vinicius Oliveira Ribeiro, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados *(palmas)*; e o Deputado Bohn Gass, que está aqui virtualmente. A ele concedo a palavra pelo tempo de 5 minutos.

Deputado, é uma satisfação vê-lo por aqui, mesmo estando fora do País. Obrigado pela participação.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Sim, vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Escutamos bem, mas vou pedir para a Comissão aumentar um pouquinho o volume, porque está meio baixo, e fechar essa porta lateral para que o barulho do corredor não atrapalhe a audiência. Muito obrigado.

Pode falar, Deputado.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Deputado Túlio Gadêlha, eu quero parabenizá-lo pela iniciativa de propor este debate, esta audiência pública sobre a nossa Lei de



Diretrizes Orçamentárias e, logo na sequência, a Lei Orçamentaria Anual para a inclusão de recursos, no sentido de proteção da política climática que nós precisamos ter.

Eu estou até vestindo aqui uma camiseta. Vou expô-la melhor. Esta camiseta é do Mercosul. Eu estive hoje em Rivera, no Uruguai, com a Ministra da Saúde Pública do Uruguai, a Cristina, e o nosso Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que é nosso colega Deputado. Eles estiveram aqui na fronteira. Eu faço parte, em nome do Congresso Nacional, do Parlasul, e nós fizemos um processo de integração de fronteira, que é exatamente aquele acordo de localidades fronteiriças vinculantes, cuja resolução nós votamos há poucos dias, e hoje isso se restabeleceu. Isso é muito importante para todas as partes que nos interessam, para a saúde e demais políticas. Restabeleceu-se a Comissão Binacional de Saúde, por meio da ratificação dos dois Ministros, para que a gente tenha serviços de integração. Então, é um ato muito importante que está sendo realizado aqui.

Eu quero saudar a todos que estão participando, os colegas todos da Mesa e as pessoas que estão nesse debate.

O que eu gostaria de dizer nesses meus 5 minutos, Deputado Túlio, é que o maior problema da humanidade hoje é a questão climática. Nós temos prejuízos em todas as áreas que são atingidas ou com secas ou com chuvas ou com tempestades ou com as condições hoje do ambiente, as quais já passaram do ponto no que diz respeito à emissão de gases de efeito estufa. Todas as alterações que são feitas mexem diretamente com a vida das pessoas. Os dados, infelizmente, mostram que os números são crescentes, intensos e redobrados, do ponto de vista desses incidentes climáticos. E a principal ação desta audiência pública hoje, com certeza, é fazer com que o maior problema da humanidade vire a preocupação nº 1 da política. Mas eu quero dizer, lamentando, que essa ainda não é a principal preocupação. No momento em que for a principal preocupação da política, com certeza, nós estaremos viabilizando mais recursos, viabilizando mais políticas.

Então, para mim, esse é o tema central da audiência pública hoje, que é o convencimento para que tratemos com atenção a questão climática em todos os sentidos. Portanto, mais uma vez, faço uma homenagem a todos vocês que estão participando.

E o que nós precisamos compreender? Que nós temos enormes prejuízos em todas as áreas. Nós temos prejuízo em relação ao tema ambiental, diretamente, ao tema da saúde, ao tema da produção, ao tema das nossas indústrias. Imaginem o sufoco que nós



vivemos no Rio Grande do Sul durante um mês inteiro: várias partes comerciais e industriais, de residências, de mobilidade, de espaços, inclusive de academia ou espaços de saúde ou espaços de produção industrial, ficaram debaixo d'água. Isso foi o resultado de uma situação climática muito aguda. O prejuízo que nós tivemos a partir desse processo foi enorme. E nos últimos anos foram crescentes os orçamentos em virtude das aprovações que nós fizemos reiteradamente no Congresso Nacional, em função do socorro a essas atividades. Acho que esse é o segundo aspecto importante que temos que registrar.

O terceiro aspecto é o fortalecimento de um sistema nacional que realmente faça a prevenção de desastres climáticos e a mitigação com um sistema vigoroso de alertas. Nesse sentido, acho que essa é uma ação importante, e a CMO pode nos ajudar. Eu estou há muito tempo trabalhando com a ANA, com os nossos Ministérios, enfim, para que a gente tenha um fortalecimento do sistema de estrutura meteorológica e hidrológica. Nós tentamos isso no ano passado, mas não conseguimos viabilizar um recurso mais substancial para que haja essa estrutura de forma a termos os dados e as informações. Os dados e as informações são fundamentais para nós termos um sistema de alerta.

Mais do que um sistema de alerta vigoroso, frente a episódios de sinistros, nós temos que ter um sistema que possa, a partir dos alertas, estruturar espaços onde as pessoas possam ficar, onde as pessoas possam se refugiar, onde as pessoas possam se prevenir. Por isso, é importante termos mecanismos de estrutura forte nessa área para que haja a elaboração de políticas públicas em cima de dados confiáveis, que a ciência hoje pode nos oferecer.

Deputado Túlio Gadêlha, acho que um dos aspectos importantes para o Orçamento é poder constar recursos para o aparelhamento meteorológico e hidrológico para todos que fazem esses trabalhos de pesquisa, para que avançarmos nisso. Para nós, fortalecer esse sistema é fundamental.

Eu fui Relator do Plano Plurianual — PPA. Nesta Comissão, inclusive, fizemos várias audiências públicas sobre isso. Na época, o Governo do Presidente Lula colocou, no quadriênio de 2024 a 2027, recursos que chegavam à margem de 45 bilhões 684 milhões de reais: em torno de 10 bilhões de reais em 2024, 10 bilhões de reais em 2025, 11 bilhões de reais em 2026 e quase 13 bilhões de reais em 2027, para processos de prevenção e mitigação. Já houve a revisão, por parte do Governo, que elevou esses 45 bilhões de reais para 62 bilhões 226 milhões de reais, elevando os recursos fundamentalmente para 2025.



Essa é exatamente uma amostra das grandes consequências que nós já estamos tendo do ponto de vista das sinistralidades, das consequências para os nossos Estados. Eu citei o Rio Grande do Sul, mas eu poderia citar todos os outros que foram prejudicados com sinistralidades nesse tempo.

Concluo fazendo um destaque aqui sobre a necessidade da mobilização e articulação social, que considero fundamental, através dos nossos comitês de bacias hidrográficas. Esse é o ponto fundamental, Deputado Túlio Gadêlha, porque os comitês de bacias ficam exatamente nos territórios onde há as bacias, onde as pessoas em torno dessa geografia podem se articular. Eu propus a articulação destes comitês quando tive a satisfação de lançar, no ano passado, com a colaboração de tantos Deputados que assinaram o requerimento, a Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras, que eu presido. Tenho contato direto com os fóruns, tenho contato direto com os Governos, com as áreas que tratam desse tema. É preciso haver um esforço de conscientização sobre a preocupação climática. É preciso haver o reforço e a organização dos nossos comitês, a estrutura para os nossos comitês. Ao mesmo tempo, é preciso que os comitês tenham seus planos e, tendo seus planos, possam ter os recursos disponíveis para efetivá-los. Eu tenho dito que, se colocarmos milhões de reais em prevenções, nós não vamos gastar bilhões de reais. O barato sai caro. Se não investirmos nos planos dos comitês, de início, vamos economizar recursos, mas depois vamos gastar muito mais. Então, economizam-se milhões de reais e gastam-se bilhões de reais. Por isso, é importante a prevenção.

Então, este é um aspecto importantíssimo também, o de valorização dos nossos Comitês de Bacias Hidrográficas, que nós iremos acompanhar por meio da nossa Frente Parlamentar.

Além disso, do ponto de vista do Orçamento — eu concluo com isto —, nós temos já a aprovação de uma PEC que foi viabilizada para que também as emendas parlamentares destinem um percentual direto para situações climáticas, porque é importante haver uma destinação direta. O fato de nós termos no País, este ano, a COP 30, Conferência das Partes, nos dá uma responsabilidade e um ambiente político para que possamos nacionalizar e globalizar um debate no sentido de, além dos orçamentos que vamos colocar, cobrarmos das grandes nações, das grandes empresas, das grandes instituições — que foram as mais agressivas ambientalmente pelas suas políticas — a alocação de



recursos para efetivarmos realmente um sistema e um plano de prevenção e de mitigação, de cuidado do nosso clima.

Por isso, é tão importante a nossa audiência pública de hoje.

Eu agradeço e concluo dizendo que é fundamental que a gente tenha primeiro a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias e, depois, o Orçamento, dialogando diretamente com essa necessidade de preocupação ambiental, como eu disse no início. Se a maior preocupação do mundo é a questão climática, esta deve ser também a maior preocupação da política, e não pode ser só no discurso, tem que ser viabilizada com recursos orçamentários. Por isso é tão importante este debate.

Contem sempre conosco. Estamos à disposição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Nós lhe agradecemos, Deputado Bohn Gass, pela participação, pela exposição nesta Comissão. Parabenizo-o pela atuação em defesa da ciência e do meio ambiente.

O Deputado Bohn Gass vem de um Estado que sofreu muito com os fenômenos climáticos extremos recentemente. Nós somos de cidades que sofreram com isso. Recife também é uma capital vulnerável a esses fenômenos. Então, é importante que nós possamos compreender como o nosso País tem investido seus recursos na prevenção e na mitigação das mudanças climáticas. Daí, a importância desta audiência.

Muito obrigado, Deputado Bohn Gass, pela participação. Espero que V.Exa. continue aqui conosco para ouvir também os demais convidados.

Convido agora para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, o Sr. Marcelo Jorge Medeiros, Diretor Interino da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS - Agradeço ao Deputado Túlio Gadêlha e ao Deputado Bohn Gass, por meio de quem cumprimento todos os demais participantes.

Eu trouxe uma pequena apresentação para eu poder seguir uma linha.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico é uma agência reguladora federal. Nós regulamos o acesso à água em rios federais, fazemos normas de referência para saneamento e também fazemos a regulação e a fiscalização de segurança de barragens, só que justamente grande parte das nossas atividades não é de cunho regulatório, é de cunho executivo. A gente é responsável por implementar a Política



Nacional de Recursos Hídricos. E a água é intrinsecamente ligada à mudança do clima. Para falar a verdade, não tem como falarmos de adaptação se não começarmos e terminarmos falando de água, de tão importante que ela é para nós.

Dentro da agência, a gente tem um fio condutor disso. Nós produzimos dados e coordenamos a Rede Hidrometeorológica Nacional. O Deputado Bohn Gass tocou no assunto. A gente produz dados sobre nível, vazão e qualidade das águas em todo o território nacional e, a partir disso, executa diversos tipos de estudos relacionados principalmente à disponibilidade de água no País. E não tão recentemente, porque já faz uns 15 anos, a gente tem investido muito no entendimento de como a mudança do clima tem impactado os recursos hídricos. A partir de dados e estudos, nós planejamos o futuro, pois somos responsáveis por fazer planos de bacia. A partir de cenários, a gente extrapola projeções de demanda e de disponibilidade, incluindo a mudança do clima nesses planos. Essa é a fase de planejamento, a partir da qual a gente faz a regulação.

Ludicamente, fica mais fácil dizer que a gente enxerga através dos dados; a gente entende através dos estudos; a gente planeja com base no estudo final, que é o plano de bacia; e no fim, a gente organiza isso através da regulação, do ponto de vista de recursos hídricos.

Quanto a enxergar, eu falei sobre a Rede Hidrometeorológica Nacional, que existe no Governo Federal desde 1920. Nós temos o maior sistema de monitoramento da América Latina e estamos presentes em todo o território nacional, como vocês podem ver os pontinhos verdes neste mapa mais à esquerda.

A gente sabe que existem no País, hoje, 23 mil pontos onde se mede alguma coisa relacionada a rio e chuva. Desses 23 mil pontos, o núcleo central tem 5 mil estações que são operadas pela ANA diretamente. Sai do nosso orçamento a execução dessa parte, que é a que tem durado. Há estações que existem desde 1850, e, todo dia, a gente necessita de uma nova estação de monitoramento porque há uma necessidade nova a ser suprida, seja de eventos extremos, seja de controle de um açude. Com isso, vão sendo criados novos equipamentos.

Esta é a materialização do que é uma estação, que tem diversos equipamentos. Na nossa rede, existem mais de 450 pessoas especializadas em todo o território que vão a essas estações para dar manutenção. Os equipamentos são complexos e dos mais modernos que existem no mercado hoje. Inclusive, os milhares desses pontos — porque a



gente incorporou o setor elétrico também — transmitem o dado quase que em tempo real. É a partir disso que a gente e mais centenas de outros órgãos no País, não só da União, mas também dos Estados e Municípios, tomam decisão.

O gráfico à esquerda mostra a evolução da demanda por água no País. Hoje, estima-se que a gente consome cerca de 2.500 metros cúbicos por segundo de água nas diversas atividades econômicas e para a sustentação da vida, como abastecimento público. Já o gráfico em forma rosquinha, do lado, traz uma classificação desse uso por quem demanda: a maior demandante é a irrigação, seguida do abastecimento e do saneamento e, depois, da indústria. Isso tudo é para mostrar que a demanda continua crescendo e que a nossa economia é altamente dependente da água.

Este eslaide traz um mapa que mostra um estudo que a gente faz e, todo ano, é renovado, sobre um índice de segurança hídrica, em cima da oferta de água, da infraestrutura hídrica disponível, como reservatórios. Ele mostra como o País está fragilizado em um ponto ou outro. Aqui vocês veem o Nordeste com uma mancha laranja para vermelha. As manchas azuis são os melhores locais, onde a demanda por água é atendida. Mas há pontos que nos preocupam não só no Sudeste, mas também no Centro-Oeste e no Norte, onde existe muita água, e no Sul do País.

Isso é só para mostrar como a água é tão vulnerável à mudança do clima, sobre a qual, traduzindo para o nosso setor, nos preocupa o fato de que o aumento da temperatura aumenta a evaporação das massas de água que existem no território e faz com que essa água fique evaporada por mais tempo e não esfrie o bastante para cair como chuva. Com isso, o ciclo de seca aumenta. E, quando a temperatura diminui, há tanta água para cair que há um aumento absurdo da intensidade de chuva e da frequência de chuva de alta intensidade! E uma chuva de alta intensidade, mas num curto tempo, não é suficiente para que essa água seja captada pelo subsolo. Então, há uma perda muito grande.

No ano passado, nós consolidamos um estudo que estamos fazendo há alguns anos, especificamente sobre os impactos da mudança do clima nos recursos hídricos do País. Nós transformamos todo o continente em 460 mil pequenos trechos de rios; aplicamos mais de 130 saídas de modelos diferentes de previsão do clima para agora e para daqui a 100 anos; e traduzimos isso num estudo mais acessível.

Sobre os nossos achados, mais à esquerda está o impacto na chuva. A gente vê que a chuva que tem uma frequência muito comum, que ocorre uma vez a cada 2 anos ou quase



todo ano, aumenta a frequência, enquanto que a chuva que é mais forte e deveria ter menor probabilidade de ocorrer torna-se mais intensa e passa a ocorrer mais. Isso vai se traduzir num aumento do que a gente chama de vazão máxima nas bacias: as inundações frequentes se tornam mais frequentes, assim como aquelas que eram menos frequentes e que são muito absurdas em termos de volume tornam-se mais frequentes também.

Aqui são exemplos disso. Existe a cheia no Sul, de que o Deputado Bohn Gass falou, e existe a seca na Amazônia, que, em 2024, foi a pior da história. E o ano de 2025 não acabou, mas, na semana passada, a ANA declarou situação de escassez hídrica nas bacias do Acre. Eu não sei como isso vai parar ainda neste ano, porque a gente ainda está em seca.

Dentro desse mesmo estudo, existe um índice de aridez que tenta projetar essa falta de água na região para o futuro. Todas as saídas dos nossos modelos feitos a partir desse estudo, tanto em curto prazo, que seria entre 2015 e 2065, quanto em termos de um futuro mais distante, que é até 2100, concordam que esse índice de aridez piora no território.

Então, temos um problema muito sério no que diz respeito à disponibilidade de água. Ao final, todos os Estados vão enfrentar um cenário de disponibilidade hídrica reduzida, mas, ao mesmo tempo, uma pressão por mais água, por mais energia, que, no País, vem de água, e por mais comida, que vem de irrigação, que depende mais de água. Então, existe um aumento da demanda, mas existe uma situação de escassez futura.

Este é o gráfico final do estudo, no qual as linhas são rios. Nele, nós fizemos uma projeção de que, até 2040, os rios em vermelho perdem 40% da disponibilidade hídrica e os rios em laranja, 30%. E onde estão esses rios? A maioria deles está nas regiões mais populosas do País, que mais demandam água no território.

Eu falei do aumento de demanda, mas isso enfrenta outro problema muito sério: a infraestrutura hídrica brasileira não é adequada para suprir esse aumento de demanda, pois possui pouca reservação de água, ou seja, poucos reservatórios ou barragens que acumulam água. A gente tem muitas barragens hidrelétricas, mas a maioria delas não acumula água e só serve para elevar o nível. Para acumulação de água, há muito poucas barragens. Além do mais, há um baixo investimento para aumentar essa capacidade e há outro problema, porque, onde há esse tipo de barragem — como, por exemplo, nos açudes do Nordeste —, existe pouco recurso para a manutenção e a operação. Então, o cenário da infraestrutura também é contrário a nós.



Eu não vou me dar o trabalho de este eslaide, porque a apresentação vai ficar aqui. Mas esse é o caminho natural, e qualquer pessoa, após esses 10 minutos, vai entender o que a gente precisa fazer.

Temos um problema muito sério de planejamento, porque as ações no território têm que se encontrar com o Orçamento. Eu vou usar isso como gancho para o meu último eslaide, que é o mais triste, pois vou falar da ANA.

Tudo isso que vocês viram demanda a maior parte dos recursos da ANA. Só o monitoramento, essa coisa de ir ao campo, demanda um terço do orçamento da ANA historicamente. Esta tabelinha mostra que, de 2023 a 2025, no PLOA, quando eu negocio com o próprio Governo Federal, o meu orçamento passou de 255 milhões de reais para de 207 milhões de reais e, no final, eu acabei este ano com 146 milhões de reais. Houve um descontingenciamento agora, e eu estou com 186 milhões de reais. Isso é insuficiente para o que eu tenho que fazer. Caso, no ano que vem, se mantenha essa premissa que o Ministério do Planejamento já me deu, de que o meu orçamento no PLOA começará com 177 milhões de reais, eu não vou conseguir fazer metade das coisas que tenho que fazer.

A nossa projeção é de que, se isso continuar, a gente vai desligar, até o final do ano que vem, mais de 40% daquela rede de monitoramento, que é a maior da América Latina. Ainda assim, se vocês se lembrarem do mapa, existe um monte de buraco em branco que a gente não cobre. Na maior parte do Brasil, só a ANA cobre as bacias, pois os Estados não têm recursos e são poucos os que operam só a rede de monitoramento.

Então, no ano que vem, a gente vai desligar 40% das estações — que já estamos desligando neste ano — e diminuir a nossa capacidade de estudo. Para fazer estudos, não basta só ter gente especializada. A gente tem um excelente quadro na ANA e somos reconhecidos internacionalmente por isso, mas eu preciso de mais gente, eu preciso de orçamento para continuar essa minha atuação.

Também vou lembrar aos senhores que eu tenho arrecadação, pois existe uma compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para a geração de energia. Por lei, 0,75% disso vai para a ANA, que é uma despesa obrigatória e constitui preço público, porque é cobrança pelo uso da água. Isso é previsto em lei, porém eu não tenho esse recurso. No ano passado, 255 milhões de reais foram arrecadados, e eu não recebi esse recurso. Neste ano, enquanto que o meu orçamento é de 186 milhões de reais, a União já



arrecadou, até julho, 176 milhões de reais só da minha fonte — porque a CFURH toda dá, pelo menos, 1 bilhão e meio de reais.

Eu não estou discutindo orçamento, estou discutindo, perto do orçamento, uma caixa de bombom. É disso que eu preciso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradecemos ao Diretor Marcelo Jorge Medeiros pela exposição.

Nós vimos que as informações são muito preciosas e necessárias de serem trazidas, principalmente pela escassez de recursos. Se esta Casa quis ouvir a ANA — e aqui é onde se discute o Orçamento —, não há mais motivos para a gente não trazer o investimento para a agência. Vamos defender esse investimento aqui nesta CMO, como membro da Comissão, tendo em vista que não precisamos que nenhum outro desastre aconteça para dizermos: "*Eu avisei!*" É importante garantir o orçamento da ANA pelo trabalho que ela realiza e pela importância que ela tem para o País diante dos fenômenos climáticos extremos.

Agora daremos continuidade aos trabalhos convidando para fazer uso da palavra, pelo tempo de 5 minutos, com prorrogações por esta Presidência, a Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante.

A SRA. ANA PAULA CUNHA MACHADO CAVALCANTE - Muito obrigada, Deputado Túlio Gadêlha. Ao cumprimentá-lo, gostaria de agradecer o convite e de parabenizá-lo por organizar esta importante audiência para debater um tema tão relevante e fundamental para a nossa humanidade.

Cumprimento o Deputado Bohn Gass e o meu colega, o Diretor Marcelo Medeiros, por meio do qual cumprimento os demais membros da Mesa.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Como o Deputado Bohn Gass disse, o nosso objetivo hoje é retomar a discussão que está em voga em diversos espaços, sobre a relevância do tema da mudança do clima, e trazer um pouco das ações que, no âmbito do Governo Federal, têm sido empenhadas, para que, com base no que foi apresentado, a gente possa discutir a relevância de que elas estejam no planejamento orçamentário do País.



É de conhecimento de todos que a forma como nós nos organizamos, como sociedade para o progresso, foi extraindo combustível fóssil do solo, desmatando e emitindo os chamados gases de efeito estufa.

A questão é que isso gera um problema de estoque, que vem se acumulando desde a Revolução Industrial, pois esses gases ficam na atmosfera por muitos anos. Portanto, a gente está lidando com problemas que foram construídos nos últimos 40 anos ou 60 anos, e o que estamos fazendo hoje vai gerar consequências para as próximas gerações.

É muito importante termos em mente que é urgente mudarmos o rumo do nosso comportamento, porque isso vai ser fundamental para garantirmos um espaço seguro de vida para os nossos filhos e nossos netos no planeta.

Acho muito importante trazer este gráfico para a gente entender o problema. O perfil das emissões no Brasil é muito diferente do existente no resto do mundo. Enquanto, na grande maioria dos países, o principal problema é a energia — a energia para mover as economias e as sociedades é baseada em combustível fóssil —, aqui no Brasil, graças a investimentos públicos e estatais feitos há muitos anos, temos uma matriz energética muito renovável, principalmente a matriz elétrica, que chega a quase 90% de renovabilidade. As nossas emissões no setor de energia estão concentradas no setor de transportes, em que ainda usamos muito combustível fóssil.

O grande desafio do Brasil está relacionado ao uso da terra, à preservação de florestas e à agricultura mais sustentável, o que não tira também a importância de ele investir em outros setores, como a própria energia, principalmente os transportes, a indústria e também os resíduos.

Um tema que tenho debatido no âmbito do Ministério é que, enquanto as tecnologias voltadas para lidar com a agricultura, as florestas e o uso do solo são de mais fácil alcance, o que, então, torna mais fácil atingir esses resultados em curto e médio prazos, as mudanças profundas no setor industrial e energético demandam investimentos em longo prazo. Por isso, a gente precisa começar a investir agora se quisermos uma nova economia no Brasil que seja densa do ponto de vista industrial, que gere emprego e renda de qualidade, mas que tenha uma matriz sustentável e alinhada com o objetivo de manter a vida humana no planeta.

Como disse o Diretor Marcelo Medeiros, isso tem ficado muito latente e claro para todos nós diante do aumento da frequência dos fenômenos climáticos extremos. No Brasil,



temos visto cheias e inundações, como as que ocorreram no Rio Grande do Sul, com uma intensidade muito maior do que víamos antigamente, gerando impactos gigantescos. Também vimos coisas inimagináveis, como a seca na Amazônia, por exemplo, que tem impactos, para além da disponibilidade de recursos hídricos, no meio de transporte e na forma de vida da população como um todo.

Estão, estão cada vez mais perto de nós os impactos da mudança do clima na vida de todos, os quais podem ser irreversíveis. Ainda exista, hoje, uma janela de oportunidade, e muita coisa possa ser feita para mudar esse rumo, mas essa ação é urgente, pois os impactos são extremamente graves.

Este eslaide fala da complexidade do problema. A mudança do clima é um tema extremamente complexo porque, na verdade, estamos falando de mudar, de maneira profunda, a forma como nós nos organizamos como sociedade. Isso não se trata de uma mudança simples, mas de uma mudança que requer um pensamento complexo, que se pense nas diversas facetas do processo.

Há toda uma articulação internacional para lidar com o problema, que começou em 1992, no Brasil. Avançamos bastante, mas não o suficiente, pois não fomos tão bem-sucedidos como deveríamos. Neste ano, como já mencionado pelo Deputado e pelo Diretor Marcelo, teremos a COP 30 no Brasil. As discussões internacionais sobre o tema acontecem em conferências das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e, neste ano, essa grande reunião vai ser realizada em Belém.

Já existem compromissos fortes entre os países, mas agora chegamos ao momento mais desafiador: o de implementar esses compromissos e financiar o processo dessa implementação. Como essa discussão vai ser realizada no Brasil, isso traz um momento político muito importante para ação.

O Brasil tem liderado pelo exemplo. Em âmbito internacional, fomos um dos primeiros países a apresentar a nossa contribuição nacionalmente determinada. Em novembro do ano passado, em Baku, o Brasil disse ao mundo o que pretende fazer para dar a sua parte de contribuição num processo que é planetário e demanda uma coordenação entre os diversos países: estabelecemos a nossa meta de compromisso de neutralidade até 2050 e estabelecemos a nossa meta de reduzir as emissões entre 59% e 67% até 2035, quando comparadas aos dados de 2005.



Agora estamos num processo intenso, porque não basta termos compromissos internacionais, precisamos ter um plano de ação no cenário doméstico, para implementar esses compromissos. Desde 2023, o Governo Federal vem elaborando, num esforço coordenado por 23 Ministérios, o nosso plano de ação, o Plano Clima, que tem um eixo de mitigação, sobre os conjuntos de ação para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o qual tem sete planos setoriais, dos quais eu vou falar um pouco mais à frente. Há também um eixo de adaptação, porque os eventos climáticos extremos já estão aqui, e nós precisamos de ações claras e consistentes para enfrentar esses fenômenos que o Diretor Marcelo trouxe aqui, relacionados a escassez hídrica e inundação.

Além disso, o Plano Clima traz estratégias transversais, porque é preciso tratar de transição justa. Todas essas políticas que serão implementadas têm que levar em conta o objetivo de combate a desigualdades no Brasil, não só desigualdades de renda, mas também desigualdades estruturais, de gênero e de raça. Então, se vamos transformar a nossa economia e a nossa sociedade, que isso seja por uma sociedade melhor e que leve em conta essas desigualdades estruturais e as ações necessárias para combatê-las.

Temos uma medida transversal voltada a meios de implementação, porque não basta ter um conjunto de ações planejadas, é preciso pensar em como implementá-las. Então, temos que pensar em ações regulatórias e mecanismos financeiros que estão disponíveis não só no âmbito do Governo Federal, mas também numa articulação com Estados e Municípios, porque a mudança realmente precisa acontecer no território.

Temos uma estratégia sobre educação climática, que envolve capacitação, pesquisa e desenvolvimento, já que as mudanças vão demandar seres humanos capazes de liderá-las. Falo de uma mudança de formação humana e também de uma mudança nos processos educacionais, inclusive de formação profissional.

Temos, ainda, uma estratégia de monitoramento e avaliação do Plano Clima, para conseguirmos acompanhar como ele está caminhando.

Na parte de mitigação, nós temos planos setoriais sobre uso e cobertura do solo em áreas públicas; agricultura e pecuária; energia; indústria; transportes; cidades; e resíduos.

No Plano Clima Adaptação, temos dezesseis planos setoriais. Então, vários Ministérios estão pensando em como inserir a lente climática e a questão da adaptação nas suas políticas setoriais, que incluem agricultura e pecuária; biodiversidade; cidades e mobilidade; gestão de risco e desastres; indústria; energia; transportes; igualdade racial e



combate ao racismo; povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; recursos hídricos; saúde; segurança alimentar e nutricional; oceano e zona costeira; turismo; e agricultura familiar. É um plano extremamente abrangente, que procura, para além dos instrumentos específicos voltados para mitigação e adaptação, inserir a lente climática dentro das políticas públicas brasileiras.

Tudo isso tem sido elaborado dentro de um esforço de governança que é o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que reúne 23 Ministros duas vezes por ano e tem uma série de grupos de trabalho, que tratam de mitigação, adaptação, mercado de carbono, inventário, transição justa, educação climática e têm dinamizado a participação de muitos servidores e representantes dos Ministérios num processo de construção conjunta. Eu percebo, participando desse processo desde 2023, que os representantes dos Ministérios estão incorporando cada vez mais a visão sobre mudança do clima nos seus processos.

Para não me alongar, só não quero deixar de falar que a gente vai lançar, no dia 10 de setembro, as três câmaras do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que vão trazer a participação social, o assessoramento científico e a articulação federativa para dentro desse esforço federal de coordenação, porque a gente entende que é fundamental que essas soluções sejam dialogadas com o setor privado, com a sociedade civil, com o meio acadêmico e com os entes subnacionais.

Existem diversas iniciativas governamentais que integram o Plano Clima e que se relacionam com ele. O Plano de Transição Ecológica do Ministério da Fazenda tem sido fundamental para ajudar a pensar os instrumentos econômicos e financeiros de maneira inovadora, para viabilizar a implementação de diversas ações. Nós sabemos que os recursos públicos são escassos. Medidas criativas para incentivar o que se chama de *blended finance*, que é uma combinação de financiamento público e privado — o dinheiro público lidera o investimento e reduz os riscos do processo para atrair investimento privado, como acontece no Fundo Clima, no Eco Invest e em várias outras iniciativas —, têm sido fundamentais. Vejam as próprias iniciativas de transição energética do Ministério de Minas e Energia ou as iniciativas de adensamento industrial lideradas pelo MDIC. São vários Ministérios pensando em como transformar a nossa economia, porque o Brasil tem uma série de vantagens que outros países não possuem.

Deputado, temos grandes vantagens comparativas que podem e irão se tornar vantagens competitivas se pudermos aproveitá-las. Então, eu diria que, para nós, no Brasil,



o custo e o risco fiscal estão muito mais associados à inação do que à ação. Deixar de agir é que gera um impacto fiscal enorme e insustentável, e a gente viu isso com o caso do Rio Grande do Sul.

Isso é verdade também do ponto de vista de medidas de mitigação e de transformação dos nossos processos industriais. Nós percebemos que estamos num momento geopolítico muito mais tenso, mas a nossa inserção no mercado internacional vai depender muito da nossa capacidade de ter uma indústria com bases sustentáveis no futuro. E ninguém tem tanto potencial para isso quanto o Brasil.

Esse debate é, portanto, extremamente estratégico para inserir o tema em linhas orçamentárias. Eu sou servidora pública há cerca de 20 anos e sei que é isso que traz estabilidade para as políticas. A gente precisa de linhas orçamentárias que tratem de conhecimento de dados. Hoje, o inventário nacional do MCTI é financiado com recursos de cooperação internacional, então, não está no nosso orçamento. A gente precisa de uma linha orçamentária para tratar do monitoramento do Plano Clima. A gente vai estabelecer o monitoramento, mas ele vai contar só com a parceria do Governo alemão? A gente não vai ter um recurso do Governo brasileiro, do Orçamento brasileiro para tratar do monitoramento do nosso planejamento estratégico, do inventário das nossas emissões?

Tudo isso é extremamente relevante, assim como contar com pessoas e instituições dedicadas. São as instituições, as pessoas e as agências que mantêm o trabalho girando, apesar dos desafios. Vamos precisar fazer obras e ter recurso para isso, bem como para tecnologia, inovação e incentivos regulatórios e financeiros.

Desculpem-me por ter extrapolado o tempo. É que o tema é extremamente interessante.

Obrigada, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Nós é que agradecemos à Sra. Ana Paula Cunha Machado, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Agradecemos a exposição.

É muito bom, diretora, termos um debate com dados, com ciência, com políticas públicas, com prestação de contas à população sobre o que está sendo feito pelo Governo brasileiro, que chame à reflexão os colegas desta Casa, em especial os membros desta Comissão, sobre a importância de termos orçamento para essas áreas. Como bem foi dito,



não é certo ficar sempre à espera de outros Governos para garantir esse orçamento para implementar as políticas. Muitas vezes, diretora, esta Casa não atende àquilo que nós esperamos no que diz respeito ao orçamento porque muitas das vontades e das intenções são ligadas aos anseios políticos e eleitorais. É importante que os colegas compreendam que, enquanto não tivermos orçamento definido para as políticas de combate às emergências climáticas, a população será afetada. E é a população que vota, que elege. Esta audiência se torna ainda mais importante por causa dessa reflexão que devemos fazer com os membros desta Comissão.

Aproveito o momento também para dizer que esta audiência integra a programação da terceira edição da Virada Parlamentar Sustentável.

Agradeço à Luiza a presença e às entidades aqui representadas.

Dando continuidade aos trabalhos, convido para fazer uso da palavra o Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Antes, eu queria agradecer e parabenizar a Ministra Marina Silva pelo que tem feito, já que temos aqui um representante do Ministério do Meio Ambiente. Eu não havia citado a importância da Ministra na condução da política de proteção e de combate às emergências climáticas no Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Ewerthon tem a palavra.

O SR. EWERTHON MARQUES - Boa tarde.

Agradeço ao Deputado Túlio e ao Deputado Bohn Gass a requisição para nós estarmos aqui hoje discutindo esse tema tão importante, mas tão deixado de lado na hora de definir o Orçamento. A cada ano sentimos mais essa dificuldade.

Eu não trouxe uma apresentação, devido ao tempo curto, para a gente conseguir fazer um bate-papo.

Quero reforçar o que já foi dito pelo Marcelo, pela Ana, pelo Bohn Gass e pelo Túlio. De fato, a gente tem tido planos e ideias governamentais, sempre com foco na mitigação, na prevenção; entretanto, os recursos não acompanham isso.

Por exemplo, no MIDR — Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, estamos desenvolvendo o PNEAP — Plano Nacional de Enfrentamento à Estiagem Amazônica e Pantanal, e nem sequer temos recursos pensados para esse plano. Estamos



construindo esse plano, ele ainda está nascendo, mas não existe uma linha orçamentária que reserve recurso para isso.

Nós temos que ir lá à linha orçamentária da Ação nº 8.172, que trata do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Temos 10 milhões de reais para a realização de todas as atividades no Brasil inteiro. Então, é absurda a quantidade de recursos que temos em relação à nossa necessidade.

O que isso vem causando? Por exemplo, no PLDO deste ano, nós aparecemos nas metas e prioridades. As LDOs até são bem pensadas. O Objetivo Estratégico 13 é ampliar a gestão de riscos e desastres. Essa ampliação não deveria ser interpretada como a espera de que aconteça o desastre para entrarmos com recursos. Se isso é prioridade, deveria haver orçamento para mitigação e prevenção. Mas, na prática, apesar de ter sido colocado na LDO como prioridade, quando vem a LOA, o recurso não está condizente com esse anexo de prioridade. Muitas vezes, a gente acaba abrindo mão de medidas provisórias. Quase sempre os recursos acontecem após o desastre, por medida provisória, porque, no Orçamento, não foi previsto aquilo.

Há alguns casos muito impactantes e relevantes, como a Operação Carro-Pipa, gerida pelo Ministério. O recurso dessa operação tem uma série histórica bastante robusta. Já houve ano em que a dotação orçamentária foi de mais de 1 bilhão de reais. Hoje em dia, está próxima a 600 milhões de reais por ano, ou seja, vem havendo uma queda, até por estarmos investindo na estrutura de Municípios e Estados, para que a água chegue às regiões, sem necessitarem tanto da Operação Carro-Pipa. Entretanto, mesmo com todos os estudos e toda a comprovação, no momento em que é aprovada a LOA, o orçamento mínimo suficiente seria de 600 milhões de reais. Neste ano, por exemplo, foram aprovados 300 milhões de reais. Então, tivemos que fazer um crédito suplementar, em agosto, de mais 300 milhões de reais, porque claramente não era sustentável, não era viável.

Trazendo a realidade de 2025, que já está acontecendo, há uma dificuldade orçamentária e, curiosamente, financeira também, de limite financeiro. Muitas vezes até temos o orçamento, mas não temos, pelo aspecto financeiro, como pagar o empenho realizado. Temos que conseguir casar essas prioridades que realmente são bem colocadas na LDO.

Vejo a LDO como um bom instrumento. Ela está bem redigida, bem colocada, os objetivos estão lá. Entretanto, no momento em que vai para a LOA, isso não aparece, acaba



ficando em segundo plano. Aí torcemos para que não aconteça um desastre. Se acontecer, temos que fazer um crédito extraordinário, porque, de fato, não houve orçamento consignado para a mitigação, o fortalecimento do sistema.

Temos o PNEAP, como já citei, e o Programa Pégasus, que também trata da prevenção, de termos carros e aviões preparados para, quando houver ocorrência de incêndio florestal, estarmos prontos, sem termos que ir atrás de algum avião que pode não estar disponível.

A gente tem trabalhado, no Governo Federal, para isso, mas, de fato, como disse o Marcelo e a Ana Paula, o orçamento não acompanha a necessidade nem as iniciativas que já estão sendo feitas. Existem várias iniciativas dentro da gaveta, aguardando esse orçamento chegar para darem continuidade.

Então, é fundamental esse espaço concedido pelo Deputado Túlio Gadêlha para debatermos. Isso precisa, de fato, ser discutido antes. A gente não deve esperar acontecer o desastre para aportar recursos, porque isso sai muito mais caro. E não sai muito mais caro apenas em relação a recursos orçamentários e financeiros, mas sai mais caro em relação a vidas.

São vidas que pagam pelo fato de não se fazer a devida mitigação nas encostas. A gente tem que trabalhar isso previamente. A gente tem muita tecnologia para importar do Japão, a gente tem essa tecnologia. A gente vai à China, a gente vai ao Japão, a gente aprende com eles, mas não consegue implementar a tecnologia, por ausência de recursos e não por falta de capacidade.

Então, era isso o que eu queria deixar aqui como ponto de alerta e de discussão, para que, na LOA, seja honrado o que está colocado na LDO, para que a gente consiga receber aquilo que está previsto no PLOA. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradeço ao Sr. Ewerthon, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O Sr. Ewerthon citou o Japão. Eu tive a oportunidade de acompanhar políticas e investimentos feitos na cidade de Tóquio, como o maior sistema de drenagem de água do mundo, com reservatórios subterrâneos de drenagem, com canais, com estações de bombeamento.



O impressionante é que eles economizaram bilhões de dólares em tragédias e incêndios que aconteceram após a construção desse sistema de prevenção aos problemas climáticos extremos.

Acho que talvez falte isso no Brasil. A gente não tem a cultura da prevenção. Por sermos um país em que não há furacão, terremoto, maremoto, a gente não desenvolveu essa cultura. Mas agora todos estamos sofrendo com os fenômenos climáticos extremos e precisamos desenvolver essa cultura e garantir o orçamento.

Passo a palavra à Sra. Adriana de Oliveira Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento do Observatório do Clima.

Muito obrigado pela presença, Adriana.

A SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO - Boa tarde a todos.

Primeiramente, quero agradecer ao Deputado Túlio Gadêlha por estar à frente desse projeto. Também agradeço a todos os Parlamentares envolvidos, à Senadora Eliziane Gama, ao Deputado Bohn Gass e ao Deputado Duda Ramos, além de todos os membros da Mesa. Houve um requerimento coletivo para que ocorresse esta audiência.

Vou falar no mesmo sentido do que a Ana Paula falou, do que o Ewerthon falou: no fim, sempre acabamos em volta da discussão sobre as ações orçamentárias serem muito genéricas, muito amplas, e da necessidade de maior detalhamento para acompanharmos e darmos conta das políticas públicas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar V.Exas. por haver esse engajamento parlamentar para atuar coletivamente no fortalecimento da pauta do orçamento climático e garantir espaço nessas discussões. Já convido o Deputado Túlio para sempre garantir isso nas próximas peças orçamentárias: LDO, LOA, o PPA que vem por aí.

Destaco também o papel do Congresso, desta Casa, de fiscalizar e cobrar ações do Executivo nesse sentido, nessa discussão. Eu gostaria de destacar ainda o trabalho que foi feito em rede, no âmbito do grupo de trabalho do congresso do Observatório do Clima, uma rede com mais de 133 organizações socioambientais da sociedade civil.

A gente produziu um documento com oito propostas de emendas ao PLDO. Pelo que vi hoje de manhã, o prazo de emendamento foi até ontem. A gente teve mais de 50 emendas apresentadas sobre o clima. Então, eu posso dizer que foi bem-sucedida a nossa proposta.



O que a gente busca aqui é qualificar o debate e ampliar a transparência. As emendas foram feitas no sentido de incluir a eficácia climática; vincular metas climáticas a metas orçamentárias; e ligar os marcadores orçamentários às políticas públicas. Hoje em dia, existem ações muito genéricas, e não se consegue ver o detalhamento — daqui a pouco, vou falar mais sobre o assunto — nem revisar a agenda transversal, com a inclusão da taxonomia sustentável.

A gente entende que a prevenção e o combate aos desastres que ocorrem todo ano, por conta das mudanças climáticas, pedem uma vedação ao contingenciamento de ações voltadas ao clima, além de um mínimo de 5% de emendas voltadas para o clima.

Diversas dessas emendas, como falei, foram incorporadas. A gente fez um mapeamento hoje de manhã e viu que cerca de 50 emendas foram propostas pelos aliados. O Deputado Túlio apresentou praticamente todas as nossas emendas.

A gente agradece a ele e à CMADS. Isso mostra a importância do Parlamento nesse debate. A gente também sensibilizou o Relator Gervásio Maia e o Presidente da Comissão, o Senador Efraim Filho, sobre o clima e a necessidade de inclui-lo no relatório. A gente também fez a entrega do documento à Ministra Simone Tebet, em 8 de junho.

E qual é o resultado? O que a gente busca? Maior transparência; maior fortalecimento do controle social; viabilização do cumprimento das metas climáticas de forma prática, vinculando-as ao orçamento climático; ampliação de recursos para o clima, como falei, com o mínimo de 5% de emendas voltadas ao clima; e vedação ao contingenciamento.

Tudo isso nos leva a uma jornada, a uma narrativa de tentar fortalecer a rastreabilidade dos gastos públicos para que as políticas públicas ambientais e climáticas sejam efetivas.

No âmbito do Observatório, a gente tem o Monitor 2045, que busca transformar o Brasil em uma potência ambiental até 2045. A gente acredita que isso é possível, se for alcançada a neutralidade do carbono e se houver o saldo positivo para a emissão dos gases de efeito estufa.

Com isso, a gente monitora cerca de 150 políticas públicas. Houve um avanço ao tentar uma correspondência orçamentária entre as políticas públicas e o orçamento. Porém, a gente teve uma dificuldade muito grande porque não existe uma clareza mínima na finalidade com que os recursos são aplicados.



A gente conseguiu obter mais de 779 linhas orçamentárias e mapeou 218 ações, com o objetivo de dar publicidade e ampliar o acesso da sociedade à informação, qualificando o debate, ainda mais considerando, como os próprios convidados falaram, que neste ano haverá a COP e que o Brasil tem toda a capacidade de ser uma potência e de estar à frente desse debate.

Outro ponto que eu gostaria de trazer também é sobre a narrativa de dar maior rastreabilidade. Essa jornada não necessariamente implica maior burocracia, porque a gente acaba utilizando mecanismos que já existem. A gente vai desdobrar as ações orçamentárias, talvez os planos orçamentários nos programas, para garantir, de fato, a transparência, a precisão e a rastreabilidade dos gastos, sem prejudicar a execução. Então, o avanço, no sentido de trazer maior transparência, não engessa o orçamento e não está ligado a uma maior burocratização. Pelo contrário, nós entendemos que dados abertos e transparentes aumentam o controle social, e a população passa a entender com o que se está gastando de fato.

Então, o que nós identificamos? Que há uma limitação. O orçamento público climático ainda é estruturado em ações genéricas, sem detalhamento nem vinculação clara às políticas climáticas. Uma única exceção que eu posso pensar aqui agora é o Bolsa Verde, que é a Ação 20VP, com que a gente tem uma correspondência exata. Mas em praticamente todas as outras políticas climáticas não existe essa exatidão. Vou trazer aqui alguns exemplos.

Mas outro ponto também muito importante é que a agenda verde e a agenda poluidora estão muito misturadas. Nas ações de agricultura sustentável, a gente tem a parte da agricultura sustentável familiar, que diminui a emissão, misturada com a agricultura convencional. Então, hoje a gente não consegue ver o que seria a agenda orçamentária verde e o que seria a poluidora. A gente não consegue fazer essa separação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de destacar que, do ponto de vista do Ministério mais afim ao nosso, que seria o Ministério do Meio Ambiente, a estrutura orçamentária permanece praticamente inalterada há muitos anos, com apenas alguns ajustes pontuais. Então, é necessário avançar no sentido de que as ações sejam menos genéricas e mais ligadas aos planos que existem de fato.

Muitas ações aparecem com rubricas muito amplas, o que acaba inviabilizando o monitoramento. E aqui eu dou alguns exemplos: Ações 212J, 212K e a nº 48.921 que estão



ligadas ao Ministério de Minas e Energia, que agrupam o petróleo, o gás e os biocombustíveis. Nós fazemos essa separação, como eu já disse: biocombustíveis seria uma energia mais verde, mais limpa, e as outras, não. Mas isso está tudo misturado, e hoje a gente não consegue identificar o que é positivo ambientalmente ou não.

A gente sugere ainda as Ações 00JK, 20G4 e 20W22, que acabam misturando mitigação e adaptação. A gente entende que existe essa necessidade, mas é preciso avançar, porque as agendas são separadas. Então, talvez seja preciso separar mais as ações de mitigação e adaptação, até para a gente conseguir entender a repercussão delas melhor.

Outro exemplo que eu gostaria de trazer também é o Programa nº 1.144, que fala sobre agricultura sustentável. Como eu disse, as práticas convencionais estão misturadas com as atividades de baixa emissão de carbono. Então, a gente não consegue diferenciar as duas e ver o que é positivo ambientalmente ou não.

Gostaria de trazer outros pontos para a discussão, como a questão dos recursos extraorçamentários. Grande parte hoje do financiamento climático é feito via Fundo Clima, que é extraorçamentário, e a gente não consegue captar isso via Ciop. Então, grande parte do orçamento climático não está sendo captado por essa via, e a gente tem o BNDES, tem a Caixa e fundos que não estão dentro do Ciop.

E existe também a questão do PPA, que precisa de ser atualizado. É preciso incluir ações de transição energética, de energia, de mineração, de regulação fundiária e de proteção de povos indígenas, que ainda não estão plenamente considerados na agenda transversal.

Nesse sentido, a gente atuou enviando uma carta ao MPO, em nome da Subsecretaria de Temas Transversais, fazendo essas recomendações para que o orçamento climático esteja mais alinhado com esses detalhamentos.

Então, eu gostaria de concluir dizendo que marcar os recursos da agenda ambiental qualifica o orçamento e assegura que os compromissos do País com a sustentabilidade se reflitam na prática. Por isso, nós entendemos que investir nessa agenda é estratégico e urgente, pois traz retornos diretos em qualidade de vida, segurança climática e justiça ambiental.

Obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Adriana, que aqui representa o Observatório do Clima.

Agradeço ao Observatório o quanto tem crescido nesses últimos anos e o quanto tem atuado dentro da Câmara. É muito importante que esteja cada vez mais presente neste ambiente do Parlamento, dentro do Congresso, aliando-se às boas pautas, como tem feito, engajando pessoas, conscientizando a sociedade e dando transparência aos recursos públicos sobre como eles são investidos.

Agradeço aqui à Adriana e ao Observatório, que particularmente nos ajudou muito na aprovação da Lei do Mar dentro da Câmara, na construção da Política Nacional de Incentivo à Visitação a Unidades de Conservação e em tantas outras políticas e projetos de lei da Frente Parlamentar Ambientalista.

Agora, eu passo a palavra à Consultora Legislativa de Orçamento do Senado Federal, a Sra. Rita de Cássia.

Muito obrigado pela presença, Rita.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEAL FONSECA DOS SANTOS - Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes e às que nos acompanham por meio remoto.

Quero agradecer ao Deputado Túlio Gadêlha pela iniciativa desta discussão tão relevante e cumprimentar os meus colegas de Mesa, agradecendo o fato de ter tido a oportunidade de falar depois de tê-los ouvido. Todas as falas foram muito esclarecedoras para enxergarmos melhor como está o cenário, porque a gente vive num mundo de nichos; as equipes ficam nas salinhas fazendo os trabalhos. E a oportunidade de uma audiência pública como esta presta um grande valor ao juntar as pessoas para dizerem o que está acontecendo e como essa temática está sendo tratada.

Eu vou abreviar muito a minha fala, em função de todos os que me antecederam, e concentrar os meus comentários. Eu gostaria de contribuir para a discussão olhando um pouco os instrumentos que a gente deve ter à mão para enxergar o problema, o que precisa ser feito e como é que nós vamos nos organizar para financiar essas questões. Eu acho que essas são as grandes temáticas. É isso mesmo. Quando a gente olha, por exemplo, a recomendação da OCDE sobre como os Governos devem se organizar para lidar com algo dessa envergadura, as questões críticas são, de fato, estimar quais são as consequências e as necessidades de financiamento, definir com clareza quais são as ações a serem implementadas e construir a estratégia de financiamento para essas ações.



(Segue-se exibição de imagens.)

Vou passar para o eslaide mais à frente.

Na verdade, no grande desenho da estrutura, temos os nossos pontos de referência para entender qual é a pauta e como agem os vários atores. E aqui estou falando do Poder Legislativo, que está do outro lado do balcão em relação ao Executivo, e também de uma estrutura federativa, de um setor produtivo, da sociedade civil organizada, das universidades e da governança global. Afinal de contas, como a Ana Paula muito bem colocou, nós estamos diante de uma crise de importância internacional. Se alguém acha essa expressão parecida com a da pandemia, é exatamente isto: estamos diante de uma crise, uma crise que, na verdade, já chegou inclusive para muitas pessoas e para muitos processos de Governo. E, se temos uma crise, nós precisamos ter um ponto de referência para entender de fato que crise é essa e do que é que nós estamos falando. Daí, quanto mais transparente, didática e simples for essa mensagem, mais condições teremos para mobilizar os recursos que precisarão ser mobilizados para financiar os fatores críticos, tanto de mitigação quanto de adaptação.

Eu quero inclusive enfatizar essa questão da agenda da adaptação, porque, se a agenda climática tem todos esses problemas de necessidade de financiamento — e estamos precisando de orçamento para muita coisa —, a adaptação tem mais ainda.

Mas nós temos uma crise. Onde a gente enxerga essa crise?

Assim, eu começo o meu eslaide com o Plano Nacional de Adaptação — PNA, que deveria ser a nossa grande referência. Eu coloquei uma provocação para 2070, porque o PNA, salvo engano, é de 2016 ou 2017. Quando a Ana Paula diz: *"Nós estamos fazendo o Plano Clima, que tem essas duas vertentes"*, isso é um alento. E o que a gente precisa saber com clareza é: onde está esse plano de ação novo, atualizado, com essa visão de longo prazo, que traz para o presente todos os problemas?; onde é que todo mundo enxerga com clareza o problema, a crise que está se colocando e os seus componentes? Essas são as questões do plano.

Essa visão de longo prazo é importante. E, como há essa crise, e o tempo do planeta é de 50, 60, 70 ou 100 anos, é preciso termos um caminho de referência. O Ministério do Planejamento e Orçamento está elaborando o Brasil 2050. E todo esse esforço que a Ana Paula trouxe tem que se refletir no Brasil 2050, com metas muito claras, a longo prazo, e em torno dele a gente precisa se organizar com essa visão de 360°. A partir daí, devemos



ter um PPA que, mandato a mandato, execute esse longo prazo concertado, articulado entre todos os atores.

Quando a gente olha essa versão do PPA, a gente vê que ele já avançou extremamente em aproximar o Brasil às boas práticas de contratar resultados, em vez de ir direto aos produtos. A nossa cultura alocativa sempre foi a de financiar produtos, sem antes discutir para entender claramente quais são as causas e, portanto, os fatores críticos que precisam ser financiados. E, para quebrar essa lógica de ir direto ao produto, vem essa nova sistemática que diz: o que a gente precisa combinar entre nós não é contratar mais fiscais ambientais para a Amazônia, mas, derrubar 90% do desmatamento da Amazônia, fazer esse indicador de desmatamento cair em 90%. Esse é o resultado contratado. Se o produto que vai entregar esse resultado é algo mais fiscal, ou é um monitoramento remoto, ou é mais tecnologia, ou é transformação digital, etc., passa a ser uma discussão da ciência, Deputado Túlio.

A gente vê nesse PPA, que já trouxe essa grande inovação da contratação de resultados e não de produtos, que a gente avança para enxergar a carteira...

E gostei muito de a Adriana ter feito quase uma súmula dos pontos que eu queria levantar.

Quando a gente abre o PPA, vê que existem três agendas que estão tratando dessa questão climática: a agenda transversal climática; a agenda prioritária climática; e a agenda dos planos regionais de desenvolvimento, todas com esses compromissos em relação à questão climática. Porém, em todas, por exemplo, a abordagem da mitigação está amalgamada à abordagem da adaptação, quando a gente sabe que são duas carteiras muito diferenciadas e que precisam ser tratadas... Daí o plano pode trazê-las de forma integrada, não tem problema, mas não pode ser inespecífico. E, como a Adriana muito bem colocou, é preciso construir essa taxonomia e a marcação das bases de dados, de tal modo que a gente possa trazer com muita clareza o que está servindo a uma coisa e o que está servindo à outra e em que medida nós estamos financiando as duas estratégias que precisam ser devidamente patrocinadas.

Então, se temos uma crise — e isso precisa ser comunicado com clareza, inclusive para a população lá fora e para a própria mídia —, essa crise precisa ser financiada. E nenhuma crise é financiada pelos instrumentos ordinários de políticas públicas. Quando a gente diz: "*Falta orçamento, faltam recursos na Lei Orçamentária Anual*", isso é verdade.



Uma pauta como esta, que é tão relevante para o mundo e para a governança global, inclusive, precisa permear todo o espaço orçamentário, não um pedaço dele, por meio do alinhamento transversal com todos os setores. Alguns dos colegas da Mesa também colocaram — e está sendo cuidado — esse alinhamento transversal de todas as políticas públicas e mais uma carteira específica, que vai ser financiada com esses recursos orçamentários vindos basicamente de receitas primárias e tributárias, que é um espaço limitado. Essa carteira de investimentos alavancadores precisa ser de fato muito criteriosa.

Isso posto, é preciso pensar instrumentos de financiamento dessa carteira que sejam do tamanho da crise. E essa clareza em relação aos planos de ação e aos projetos a ser financiados é fundamental para que a gente possa agregar mais recursos ao espaço fiscal orçamentário e olhar também para o extraorçamentário, mas não do modo como a Adriana colocou, que acaba sendo um problema. Ou seja, a gente tem que passar de um extraorçamentário que a gente não enxerga para um extraorçamentário que a gente enxerga. Uma parte vem dessa política creditícia, em que tem que se entrar com muita regulação e compras públicas.

E queria chamar a atenção para a oportunidade de se capitalizar muita coisa por meio de operações de crédito qualificadas, tanto com relação à emissão de títulos públicos, *social bonds* e títulos verdes, trazendo mais recursos para financiar essa agenda, quanto com relação a criar um ambiente de negócios. E aí entra também muita medida institucional regulatória para atrair investimentos e construir infraestrutura para lidar com essa crise. Então, existe um dever de casa, Deputado, que é extremamente importante.

E como é que a LDO entra colocando alguns ganchos, alguns instrumentos, para a gente fazer a agenda funcionar concretamente? Nós temos uma LDO que trata de metas fiscais, de uma política fiscal que precisa ser entregue. E boa parte do espaço primário orçamentário que a gente conseguir liberar para essa agenda estruturante vai precisar passar forçosamente por uma mudança no arcabouço orçamentário, no arcabouço das metas fiscais.

Hoje, nós temos regras de meta fiscal, que é curto-prazista e que é entregue anualmente em cima de um primário. Nós vamos ter, no dia 16 de setembro, a publicação de um livro, elaborado na Consultoria de Orçamentos do Senado, sobre os 25 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que a gente faz esta reflexão: não dá para trabalhar de forma coerente com esse tamanho de demandas e desafios que o futuro nos reserva com



uma política fiscal em cima exclusivamente do primário e com metas anualizadas. É preciso que haja uma visão plurianual que entenda quais são os desafios e tenha fôlego para contratar as mudanças, inclusive mudança de legislação, para então a gente liberar recursos para financiar o que precisa ser financiado.

Então, boa parte dessa necessidade que todos os órgãos sentem de não serem atropelados pelo contingenciamento passa por uma nova discussão em torno do direito financeiro, a nova Lei Geral de Finanças Públicas. E aí tem a palavra o próprio MPO, para soltar a minuta que está sendo prometida e a gente alçar a uma sistemática de governança orçamentária mais consistente.

Nós temos oportunidades importantes nessa agenda. E a agenda de enfrentamento das questões climáticas pode ser um laboratório importante para a inovação na governança orçamentária e, mais do que isso, inovação na sistemática de finanças públicas, a fim de colocar toda essa questão da transparência dos planos, da marcação e da taxonomia, à qual a Adriana se referiu, a serviço da entrega de resultados.

O último ponto para o que eu queria chamar a atenção, Deputado Túlio, é que essa agenda climática tem uma conversa muito próxima com a agenda transversal de gênero e da igualdade racial. Nós estamos falando de uma população que será a vítima da primeira hora desses problemas se a gente não cuidar particularmente da agenda de adaptação, que é a mulher negra ou indígena em torno da qual haverá outras vítimas, crianças, jovens, deficientes e os idosos que são cuidados por essa mulher.

Então, essa integração de visão é parte de um dever de casa que a gente precisa fazer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradeço a exposição da Sra. Rita de Cássia, que é Consultora Legislativa, em nome de quem eu parabeno os consultores desta Casa, que inclusive são referências, pessoas que entendem desde antropologia, física quântica à política identitária.

Mas, sabendo da singularidade também do mundo do orçamento, Dra. Rita de Cássia, a gente percebe que, em sua fala, existe uma complementação daquilo que os outros expositores trouxeram. Todos os elementos trazidos e colocados aqui foram com base na ciência, nas evidências, nos números, na necessidade de políticas que possam dar mais segurança às populações vulneráveis, e, para isso, precisa-se de orçamento. Então, a



projeção e a complexidade do mundo dos números são fundamentais. Mas é importante que a gente, com esta audiência, consiga conectar esses mundos, consiga garantir orçamento e consiga fazer com que ele chegue à ponta.

Agora eu queria passar a palavra para outro consultor, que está aqui conosco também e que vai fazer o uso da palavra pelo tempo de 5 minutos. Ele é consultor de orçamento aqui da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Vinicius Oliveira Ribeiro.

O SR. VINICIUS OLIVEIRA RIBEIRO - Boa tarde a todos.

Sou Vinicius Ribeiro, consultor de orçamento aqui da Câmara.

Falar depois de todos e falar alguma coisa que contribua, depois da consultora Rita também, que é nossa colega de orçamento, é até uma missão um pouco mais difícil.

Eu queria retomar algumas falas.

Começo pela fala da Adriana sobre a dificuldade de classificar, de enxergar no orçamento a mudança climática. Esse é um desafio real. Em outras políticas públicas, a gente também tem essa dificuldade, como no Programa Minha Casa, Minha Vida. A gente olha para o Programa Moradia Digna, e há outra ação fora do programa. Se a gente juntar isso tudo, dará o Programa Minha Casa, Minha Vida. Já o Programa Bolsa Família é um pouco mais simples de enxergar em ações.

(Segue-se exibição de imagens.)

Apesar de a mudança climática ter um programa — e eu vou falar dele aqui —, no PPA ele é transversal. Há ação lá na agricultura sustentável e em outros locais. Então, não é tão simples de fazer e de demonstrar isso, talvez, por um marcador diferente ou pela clareza vinda do Executivo, para que a gente saiba exatamente o que entra na política.

Outro comentário que eu queria fazer também é sobre créditos extraordinários, e isso foi falado. Um dos critérios de abertura de medida provisória para crédito extraordinário é a imprevisibilidade. Então, não me parece que tenha havido imprevisibilidade. Se todo ano um fenômeno acontece, não sei se seria o caso de usar o instrumento de medida provisória.

Quero só demonstrar o PPA. Como eu disse, há outras ações fora do programa, mas o Programa 1158 — Enfrentamento da Emergência Climática é o programa mais diretamente envolvido nisso. Ele tem alguns objetivos específicos. É até importante falar essa questão do objetivo. A Rita estava falando sobre resultado. A LDO agora veio com



uma novidade no Anexo de Metas e Prioridades, que é demonstrar objetivos, e não ações, e tem o objetivo da política climática. Então, esses são os objetivos.

O primeiro objetivo do PPA nesse programa é produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima. E eu deixo aqui, para que sejam disponibilizadas para todo mundo, as metas anuais.

Objetivos desse programa: ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima — foi falado que mitigação e adaptação estão juntos; proteger, conservar e restaurar o oceano; promover processos de recuperação e de prevenção da degradação; incrementar a educação ambiental participativa; e implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações.

Esse último objetivo é o que foi colocado no Anexo de Metas e Prioridades. Então, ele tinha uma meta, cujo indicador é o percentual de Municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos, para 2024, de 25%; 2025, 50%; 2026, 75%; e 2027, 100%. Vem a LDO agora, no Anexo VIII — Prioridades e Metas, e coloca como uma das prioridades o combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática. E esse objetivo é trazido aqui com essa repetição da meta do PPA, lembrando que a LDO deve concordar com o PPA. Então, o PPA apenas está dizendo: *"Eu quero que seja feito isso"*. E a LDO diz: *"Eu quero muito isso"*. Essa é uma confirmação daquilo que já está traçado no PPA.

Na LDO também há esse anexo, Despesas que não serão objeto de limitação de empenho. E também já foi dito aqui que o problema do contingenciamento é dividido em três sessões: despesas primárias; despesas financeiras; e demais despesas. As primeiras são obrigações condicionais e legais da União. E o Relator coloca — isso não está ainda no projeto — a terceira, que são as demais despesas ressalvadas. E esse aqui é um instrumento possível, não simples politicamente, mas um instrumento possível de se resguardar uma ação orçamentária, por exemplo, dentro do programa.

Eu trouxe as ações do Programa 1158 — Enfrentamento de Emergência Climática, porque, como eu disse, o PPA trata dos objetivos. A LDO trouxe os objetivos e essas são as ações do programa.



Eu quero mostrar o último quadro. Eu consolido aqui o orçamento desse programa, Enfrentamento de Emergência Climática, a partir de 2024, nesse PPA atual, que é de 2024 a 2027, que antes era o Programa Mudança do Clima no PPA anterior.

Em 2025, o projeto de lei trouxe 21 bilhões de reais, com a dotação atual de 24,9 bilhões de reais, e o pagamento no ano em curso de 11 bilhões de reais; em 2024, o valor de 10 bilhões de reais no projeto; em 2023, 2022 e 2021, um valor bem menor. Isso é somente enxergando o Programa Enfrentamento de Emergência Climática e o Programa Mudança do Clima no Orçamento.

Só para fazer um complemento, a gente está falando aqui de visualização da política pública, da dificuldade que é até para poder se avaliar isso. A Consultoria de Orçamento da Câmara tem feito alguns trabalhos de visualização de dados e um deles é o raio-x do Orçamento. A gente sempre tenta evidenciar os principais números do Orçamento, quando o projeto de lei de Orçamento chega aqui no Congresso, quando ele é votado, no autógrafo da lei e quando ele sai do Congresso. E também nós já fizemos relatórios setoriais, raios-x setoriais do meio ambiente não com um recorte específico de mudança do clima, mas com diversas áreas do meio ambiente, com um recorte de unidade orçamentária, Ibama, ICMBio, um recorte dos programas e das ações.

Então, a gente sempre está tentando trabalhar para não só trazer as notas técnicas que a gente faz em conjunto com o Senado Federal, os informativos conjuntos, mas também trazer dados para a sociedade, para os jornalistas, a fim de que auxiliem os Parlamentares para possam trabalhar com dados mais visuais, de forma mais agradável, mais rápida, com uma informação para ser trabalhada, para ser utilizada. Isso é outro trabalho que a gente tem feito na consultoria.

É isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Agradeço muito ao consultor Vinicius, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Eu queria aproveitar a presença de todos os convidados aqui para dizer que acredito que esta audiência também serve para que a gente possa se conectar mais com esses consultores, que conhecem com profundidade o Orçamento, as políticas que são aqui decididas e que ajudam a fazer com que as políticas públicas saiam do papel.

Eu queria me inscrever, como Parlamentar, para já fazer uma pergunta ao Vinicius com relação a esse último gráfico.



Vinicius, pelo aumento exponencial dos anos 2024-2025, no Programa de Enfrentamento à Emergência Climática, que foi levantado, eu acredito que esse orçamento deve estar sendo distribuído em diversos Ministérios. Você teria como destrinchar isso para que a gente possa compreender melhor?

Muito obrigado.

O SR. VINICIUS OLIVEIRA RIBEIRO - Deputado, pegando o ano de 2025 como exemplo, dos 24 bilhões de reais da dotação atual, 21 bilhões de reais são operações oficiais de crédito. A Rita estava comentando sobre operações de crédito. Então, a principal parte é essa de operações oficiais de crédito.

No Ministério do Meio Ambiente, esse valor é por volta de 45 milhões de reais. É um valor bem reduzido. *(Risos.)*

Não era para rir, na verdade. No Ministério da Ciência e Tecnologia, são 16 milhões de reais e há 3 bilhões de reais em encargos financeiros da União. É mais ou menos assim que se dividem. São 3 bilhões de reais em encargos financeiros da União; 21 bilhões em operações oficiais de crédito, em 2025.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEAL FONSECA DOS SANTOS - Faço só um complemento. Existe na LDO um capítulo específico sobre as Agências Financeiras Oficiais de Fomento, e, nesse texto para 2026, veio uma indicação para o Banco da Amazônia para o financiamento de modelos produtivos rurais voltados à mitigação do enfrentamento da emergência climática.

Então, todo ano a LDO traz um capítulo sobre isso. E essa é uma oportunidade também para reforçar essas prioridades relacionadas à agenda.

Mas eu queria destacar que a atuação das agências financeiras de fomento — BNDES, Banco do Brasil, Caixa, demais bancos, etc. — pode e deve ser objeto de uma regulação mais enfática em relação a isso, colocando, por exemplo, como critério de todos os projetos, o fato de que tenha havido análise *ex ante* de impacto ou incorporação de medidas de enfrentamento da adaptação às mudanças climáticas. Trata-se de outra oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Muito obrigado.

Eu queria agora abrir a palavra aos participantes desta audiência, a quem quiser fazer alguma fala, às assessorias e também aos Parlamentares que passaram aqui, mesmo que virtualmente, e não formalizaram perguntas.



Mas deixo facultada a palavra a cada um que compõe esta audiência, caso queiram fazer alguma pergunta a qualquer membro da Mesa, porque passaremos, após as perguntas, às considerações finais. *(Pausa.)*

Enquanto pedimos calma nas inscrições, citamos aqui as autoridades da Agência Nacional de Águas presentes: a Diretora Ana Carolina Argolo, a Superintendente Ana Paula Fioreze e a Chefe de Gabinete Cláudia Kattar. Agradeço-lhes a participação nesta audiência pública.

Eu queria agora, mais uma vez, agradecer. Acho que a gente precisa, a partir do que foi colocado aqui, fazer um estudo profundo de cada exposição e também levar isso para os debates desta Comissão Mista de Orçamento.

Queria pedir que cada membro desta Mesa pudesse fazer suas considerações finais e também ficasse à vontade para fazer perguntas a esta Comissão e à Câmara dos Deputados. Digo o mesmo aos consultores também, caso queiram fazer perguntas aos representantes do Governo.

Queria facultar a palavra para as considerações finais e encaminhamentos, iniciando pelo nosso primeiro expositor...

Então, antes de passar para as considerações finais, temos um inscrito.

Por favor, diga o nome e a representação. Pode fazer a pergunta. Você tem 3 minutos.

A SRA. SHEILLA DOURADO - Boa tarde a todas e todos.

O meu nome é Sheilla Dourado. Eu sou assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos — Inesc, que é uma organização que trabalha bastante com o Orçamento público, que monitora as políticas públicas no sentido de averiguar se os direitos humanos estão contemplados no Orçamento. Nós temos trabalhado também com a pauta climática, especificamente, no meu caso, com a adaptação climática.

Na verdade, eu não tenho uma pergunta e quero só agradecer à Mesa e também parabenizá-los por todos esses pontos que foram trazidos. A questão da marcação no Orçamento é fundamental para nós podermos rastrear como esse Orçamento tem sido gasto, com políticas climáticas ou não.

A minha fala é também e principalmente para convidá-los a conhecer e integrar o GT-Orçamento da Frente Parlamentar Ambientalista, criado em abril deste ano, depois do GT-Mar, do GT-Racismo Ambiental e de outros GTs — se não me engano, é o 13º GT da frente.



Eu estou aqui com Luiza, do IDS. Inesc e IDS compartilham a Secretaria-Executiva deste grupo de trabalho.

Eu gostaria de convidar todas e todos — Deputados, assessores, aqueles que estão aqui e os que nos acompanham pela Internet — a conhecer o nosso trabalho e também se engajar nesse trabalho de monitoramento de PLs e realização de novas propostas, para que nós possamos avançar nessa agenda e evitar retrocessos.

Parabéns pela iniciativa desta audiência!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Muito obrigado.

Temos mais duas inscrições. Estão surgindo novas inscrições.

Tem a palavra a Luiza Chaer, do Instituto Democracia e Sustentabilidade — IDS, por 3 minutos, e, depois, o colega ali atrás.

A SRA. LUIZA CHAER - Obrigada.

Parabéns pela iniciativa e pela liderança! Parabéns a todo o corpo da Mesa! Foram exposições realmente muito esclarecedoras, de uma qualidade notável. É sempre um prazer ouvi-los.

Eu queria fazer uma pergunta.

Nesta Casa foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2023, que o Deputado Bohn Gass até mencionou na fala dele. Trago à baila o assunto das emendas parlamentares, porque me parece que, à medida que a gente tem uma parte cada vez maior do Orçamento alocada nas emendas parlamentares, a gente passa a ter menos previsibilidade orçamentária em relação a políticas perenes, políticas de Estado. Mas a PEC 44 traz um assunto importante, que é a destinação das emendas em casos de desastres.

Eu queria ouvir da Mesa, principalmente da Rita e do Vinicius, que são consultores e trabalham muito com essa parte mais detalhada do Orçamento, como equalizar e como modular o uso emergencial de emendas parlamentares, ou seja, como trabalhar uma estabilidade orçamentária maior nas políticas de enfrentamento a desastres — com recursos para a Defesa Civil, principalmente, que é nominalmente citada na proposta de emenda à Constituição — e, ao mesmo tempo, manter uma linearidade com as emendas que são atribuídas ano a ano e não estão previstas no PPA, por exemplo.

É isso.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Luiza.

Agora, passo a palavra ao próximo inscrito, que fará as suas perguntas.

Peço, por favor, que se apresente e diga a instituição que representa. O tempo é de 3 minutos. Obrigado.

O SR. ÍCARO JORGE SANTANA - Obrigado.

Meu nome é Ícaro Jorge. Eu sou advogado do Instituto de Direito Coletivo.

Queria parabenizar a Mesa pela apresentação. É importante discutir a questão climática, principalmente no contexto atual de grandes desastres e de implicações relativas ao racismo ambiental.

Nós, do Instituto de Direito Coletivo temos atuado muito na pauta de inclusão, cidadania e meio ambiente, principalmente pensando a questão climática com os povos de terreiro, as comunidades quilombolas, e a minha pergunta vem alinhada com essa articulação. Eu queria perguntar à Mesa como a discussão da agenda transversal no Orçamento implica no combate ao racismo ambiental e, nesse ponto, compreendendo a discussão das comunidades de terreiro, as comunidades quilombolas e essa presença do clima no Orçamento.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Muito obrigado.

Não havendo mais inscritos, eu queria apenas agradecer a cada um dos presentes aqui e agradecer à assessoria desta Comissão. A CMO é a Comissão mais disputada do Congresso Nacional, é uma Comissão composta por Senadores e Deputados. As vagas aqui são disputadas de fato nas Lideranças. Então, acredito que esta Comissão também deve ser disputada pelos consultores, para que eles estejam aqui. E ter dois representantes dos consultores da Comissão de Orçamento é motivo de orgulho para essa audiência pública, para que eles possam trazer esclarecimentos técnicos sobre o funcionamento desse Orçamento, no caso das emendas parlamentares, orçamentos emergenciais.

Agora eu queria passar a palavra aos nossos convidados, para uso por 3 minutos, para que eles possam responder às perguntas que foram feitas, para que também possam fazer outras perguntas caso necessitem, mas que tenham esses 3 minutos para fazer o uso da palavra.



Vou iniciar cedendo a palavra ao diretor interino da Agência Nacional de Águas, o Sr. Marcelo Jorge Medeiros.

Por favor, Marcelo.

O SR. MARCELO JORGE MEDEIROS - Vou concluir falando uma coisa que fica por trás, até antes das políticas, que é um problema muito sério que a gente tem no Governo brasileiro, no País: precisamos de dados e de conhecimentos para montar políticas e ter resultados. Se a gente não investe em produção de dados, se não investe em produção de conhecimento, a gente não entende o problema, a gente não enxerga o passado, não aprende com ele e não enxergará o futuro. Então, cada vez mais, ainda mais por conta das incertezas que a mudança do clima traz, a gente precisa de mais produção de dados, mais produção de conhecimento.

Pego até o gancho da justiça climática para falar algo. O estudo que a gente produziu sobre impactos da mudança do clima em recursos hídricos tem uma parte que ainda está em desenvolvimento, a gente ainda vai republicar isso, que é justamente sobre como isso atinge populações que são povos originários, quilombolas e outras que têm problema socioeconômico, principalmente nos Municípios. São as áreas que mais são atingidas. E não é só porque a mudança do clima é perversa, ela é perversa para todo mundo, mas porque existe um problema de adaptação, que é a falta de infraestrutura nessas comunidades. Então, o efeito se torna pior. A gente diz isso no estudo.

Eu tenho que concluir. Como todo mundo fez pergunta, tenho que agradecer ao Deputado Túlio Gadêlha por nos proporcionar este espaço para falar. Temos que falar cada vez mais, porque não é só para sermos ouvido, é para que as pessoas consigam entender a importância, a relevância do que é produzido e consigam trazer para a vida delas isso. Então, a gente precisa ter esses espaços.

E eu faço um agradecimento especial porque a ANA este ano faz 25 anos. E a gente vem desde o ano 1 aqui ao Congresso, não só porque a gente é convidado para audiências públicas como esta — e a gente opina muito na formulação legislativa, nas novas leis —, mas também porque a gente tem um problema sério de orçamento há 25 anos. Então, a gente está aqui todo ano, tanto na LDO, quanto depois na LOA, batendo papo com Deputados e Senadores para nos ajudarem nisso. A gente precisa continuar produzindo, a gente precisa de orçamento.



Tenho que fazer um agradecimento especial ao Deputado Bohn Gass, ao Deputado Arnaldo Jardim, ao Fernando Mineiro e ao Deputado Marangoni, que acabaram de introduzir quatro emendas a nosso favor no Orçamento. Então, eu vou continuar vindo, porque funciona.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Marcelo. Nós é que agradecemos à ANA pela sua exposição aqui.

Eu, particularmente, gosto muito de perguntas da sociedade civil e de entidades. Sempre vejo muito cuidado e cautela nas perguntas de representantes do Governo, porque ninguém quer brigar com esta Comissão.

É importante que se tragam dados, é importante que se façam perguntas, é importante falar da necessidade de se ter orçamento para executar a política na ponta. Reforço essa importância e também a importância de se ter coragem para podermos expor e argumentar quando estivermos sentados aqui como Presidente desta Comissão.

Agora, eu passo a palavra à Sra. Ana Paula Cunha Machado Cavalcante, Diretora do Departamento de Governança Climática e Articulação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

A SRA. ANA PAULA CUNHA MACHADO CAVALCANTE - Muito obrigada, Deputado Túlio.

Como eu tive que correr muito, faltou falar tanta coisa. Seria importante a gente conseguir voltar aqui para falar um pouco mais sobre o Plano Clima.

Respondendo à Rita, a gente está em processo de aprovação do plano, que deve ser aprovado pelo Pleno de Ministros do CIM em outubro deste ano. Então, a gente vai ter esse Plano Nacional de Adaptação atualizado e o Plano de Mitigação.

Rapidamente, vou falar sobre algumas inovações que a gente está propondo. Vocês mencionaram a marcação de questões climáticas no PPA. Eu acho que esse é um grande avanço, e a gente está discutindo com o Ministério do Planejamento, mas a inovação que estamos propondo agora nesse Plano Clima é uma sistemática robusta de monitoramento e avaliação do Plano Clima em parceria com o Ministério do Planejamento e alinhada ao PPA. A gente quer exatamente institucionalizar as ações e os programas do Plano Clima alinhados às ações do PPA, com o intuito de ir melhorando o PPA e de institucionalizar esses temas no âmbito do Orçamento federal.



Deputado, eu também gosto muito das perguntas da sociedade civil. Eu fico feliz de ver aqui o Observatório do Clima, o Inesc, o IDS, que são organizações que vão passar a compor a Câmara de Participação Social do CIM. Eu acho que isso vai enriquecer bastante os debates.

A pergunta que foi feita em relação a emendas parlamentares foi muito boa e me preocupa. Eu acho que também se alinha um pouco ao que a Rita trouxe sobre as inovações necessárias em finanças públicas, o quanto o "curtoprazismo" no Orçamento é nefasto para o processo de desenvolvimento do País como um todo, em especial no cenário complexo sobre mudança do clima.

Então, é muito bem-vinda a reflexão que está sendo feita e liderada pelo MPO. A sabedoria que vocês têm acumulada nesta Casa vai ser muito importante para esse processo como um todo, que é um processo que tem um impacto estrutural na capacidade de desenvolvimento do País.

Falando também um pouco sobre emendas e desastres, apesar de ter sido fundamental a sensibilização do Congresso Nacional com a questão do Rio Grande do Sul, é importante que a gente tenha recurso, como disse o meu colega Ewerthon, para prevenção e preparação, porque cuidar do desastre é caro demais para o orçamento público. A gente tem que desenvolver, como o Deputado disse, a cultura no Brasil, como existe no Japão, de se preparar para os eventos climáticos extremos, porque o custo vai ser muito menor.

Fica aqui mais uma vez o agradecimento não só por hoje, Deputado Túlio, mas por toda a parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Agradeço em nome da Ministra Marina Silva.

Eu espero ter novas oportunidades para diálogos sobre o tema. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Ana Paula.

Agradeço também à Ministra e à equipe dela pelo trabalho, pela presença nesta Casa e pela prestação de contas de sempre. Sou sempre solidário aos ataques infundados que ela vem sofrendo por parte de alguns Parlamentares da Câmara e do Senado. Agradeço de verdade o trabalho de vocês.

Agora, eu queria passar a palavra ao Sr. Ewerthon Marques, Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para fazer suas considerações finais pelo tempo de 3 minutos.



O SR. EWERTHON MARQUES - Obrigado, Deputado Túlio.

Realmente, assim, é fundamental fazer essa discussão mais vezes, com mais tempo e com maior profundidade, porque, de fato, por exemplo, na PEC 44, você vê que a gente está pensando em uma reserva para uma emergência quando houver o desastre. Então, isso é fundamental, é importante, é um bom papel também, mas a gente precisa mudar o nosso foco.

A gente ainda tem um foco na Defesa Civil. Quando acontecer o desastre, a Defesa Civil vai lá ajudar a reconstruir, a fazer uma ação de resposta. Então, a gente tem sempre bastante orçamento para fazer uma ação de resposta, uma ação de reconstrução, mas o orçamento para prevenção e mitigação não existe.

Então, na própria PEC, o pensamento está também nesse de uma emergência, quando houver o desastre, mas o ideal seria nós termos realmente o orçamento de emenda reservado para mitigação e prevenção, e não focado em um pós-desastre.

Óbvio que ter um *fast track*, como a gente chama, um caminho rápido para a emenda parlamentar quando ocorrer um desastre é importante, é fundamental. Às vezes, acontece o desastre, e o Parlamentar está com a emenda indicada para algum outro local. Ele quer fazer a movimentação dessa emenda, e também está travado pela realidade da legislação.

Então, de fato, pensar em uma possibilidade de quando ocorrer um desastre o Parlamentar poder retirar aquela emenda que estava prevista inicialmente para algo que seria realmente de prevenção, alguma coisa, e poder realocá-la para um desastre é interessante, porque já aconteceu aquele desastre. É preciso haver essa possibilidade.

Além de essa possibilidade ser criada, que é muito importante, deveríamos também pensar em emendas que já tivessem uma vinculação, assim como nós temos hoje a vinculação com emendas da saúde, pensar em algo parecido com a saúde, colocar alguma amarração nas emendas para essa pauta do clima, porque é fundamental a gente também garantir esse orçamento via parlamentar. Sabemos o tanto que cresceu o orçamento parlamentar em relação ao Executivo. Então, a gente tem ficado cada vez mais minguado nesse orçamento. E sempre que houvesse essa previsão de não contingenciamento, seria fundamental que o tema, a pauta clima, não pudesse ser contingenciada ou bloqueada, porque, muitas vezes, até vem o orçamento consignado, mas, quando vai havendo alguma frustração de arrecadação ou, então, algum outro custo que não estava previsto no orçamento, as primeiras ações que vão sofrer um contingenciamento ou um bloqueio



acabam sendo as ações relacionadas ao clima, por não termos ter essa, vamos dizer assim, essa transparência orçamentária de como isso está sendo aplicado e também, muitas vezes, não termos esses insumos, essa colocação clara e transparente para todos de que aquele recurso realmente vai ser utilizado para determinado fim.

Então, de fato, é uma construção de todos nós envolvidos, tanto dos Ministérios, do Ministério da Integração Regional, do MMA, enfim, de todos os Ministérios e da ANA. A gente tem que conseguir trazer isso de maneira mais clara, mais palatável para que todos consigam entender. E aqui nesta Casa, em especial, o que o Deputado Túlio tem tentado é trazer a sensibilidade dessa pauta, de um tema realmente importante e necessário de orçamento, para que a gente possa garantir que não haja mais desastres. É evitar desastres, e não aplicar recursos em desastres. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, agradeço ao Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Ewerthon Marques. E esse é o nosso intuito, Coordenador.

Precisamos discutir o orçamento público de maneira cada vez mais pública, transparente, participativa. Particularmente, eu destino minhas emendas, há 6 anos, por meio de uma consulta pública, o que a gente chama de emendas participativas. Todos os anos, aumenta a quantidade de pessoas participando, votando no nosso *site*. Já ultrapassamos 200 mil pernambucanos escolhendo quais devem ser as prioridades do orçamento.

Muitas vezes, o Município precisa concluir uma ciclovias, reformar um hospital ou construir uma creche. Esses projetos são inscritos no *site*, e a população daquele Município vota, indicando qual é a prioridade. Todos os anos, a gente destina dezenas de milhões de reais, a partir dessa consulta pública. Mais de 200 mil pernambucanos participam e inscrevem de duzentos a trezentos projetos todos os anos.

Essa é uma forma que o nosso mandato adota, de maneira participativa e colaborativa, utilizando a tecnologia a nosso favor, ouvindo a população e permitindo que ela participe da decisão sobre o orçamento e faça escolhas não só em época de eleição, quando escolhe seu candidato, mas também no dia a dia, discutindo as prioridades de suas cidades.

Então, parabênizo a sua fala em defesa de um orçamento cada vez mais público e transparente.



Agora, para fazer uso da palavra e apresentar suas considerações finais, chamo a Sra. Adriana Pinheiro, Assessora de Incidência Política e Orçamento do Observatório do Clima.

A SRA. ADRIANA DE OLIVEIRA PINHEIRO - Gostaria de agradecer mais uma vez ao Deputado Túlio, à Senadora Eliziane Gama e ao Deputado Bohn Gass por este esforço conjunto. Espero que todos os temas levantados nesta audiência sejam permanentes e duradouros, que se estendam a todas as peças orçamentárias.

Gostaria de destacar, mais uma vez, o papel do Congresso em fiscalizar e cobrar as ações do Governo. Estamos cumprindo esse papel aqui nesta audiência, e é fundamental que tudo o que foi levantado se desdobre em forma de emendas e resultados concretos.

Sobre a pergunta do Ícaro, sobre como o racismo ambiental está refletido no PPA. Não sei se é uma resposta definitiva, mas foi uma tentativa de solução que buscamos. O Instituto Geledés, que integra a rede do Observatório, realizou, em abril, junto com o Ipea, um seminário sobre mulheres negras e racismo ambiental.

Uma das tentativas foi identificar ações que tocavam diretamente mulheres negras e que também tinham caráter ambiental. Aplicamos o que chamamos de índice demográfico. Por exemplo: se mulheres negras representam 25% da população, conseguimos verificar o quanto uma ação, com público-alvo definido, alcança esse grupo. É similar ao que vem sendo feito no orçamento das mulheres — uma marcação específica, com segmentações sociais por raça, idade ou gênero. Isso representa um avanço no sentido de identificar o público-alvo.

Portanto, ações estão sendo feitas nesse sentido, ainda que setoriais, mas que são importantes para ampliar o debate e trazer temas fundamentais para a pauta.

Quero falar um pouco, nas minhas considerações finais, que estamos com uma parceria com o Siga Brasil, para tentar incluir no Painel Cidadão uma marcação de orçamento verde, distinguindo quais ações têm impacto positivo e quais não têm. Vai ser importante ter o painel disponibilizado com um *dashboard* mais visual, e a gente está nesse caminho.

Pretendemos também, no âmbito do Monitor 2045, que já disponível no *site* do OCE, fazer essa atualização orçamentária. Quem sabe, no futuro, poderemos chegar a Estados e Municípios, para que eles façam essa marcação orçamentária também. Eu acho que é importante levar esse debate para o nível subnacional, para Estados e Municípios.



Nós temos publicações trimestrais do Monitor 2045 e também vamos trazer essa questão do orçamento para dentro dele, verificando as principais políticas públicas e como fomos avançando do ponto de vista orçamentário. É um primeiro esforço de trazer maior clareza para isso.

Também vamos atuar na LOA. Na última LOA, a gente olhou as ações que tocavam a agenda da gestão ambiental, que é um pouco mais ampla — pega meio ambiente, pega clima e pega algumas ações de saneamento. A gente conseguiu um resultado de sucesso de 60%. Na pauta climática, o mínimo que a gente quer são os parâmetros do ano anterior. A gente nunca quer abaixar. Considerando que meio ambiente é uma pauta com pouco e é a primeira a sofrer cortes, é preciso que haja regras mais rígidas, para que não haja contingenciamento, para que a pauta não sofra cortes, e, sim, o contrário. Como cada ano está mais quente que o outro, com essa questão das mudanças climáticas, a pauta ambiental, em ano de COP, tende a ganhar amplitude, força, e o orçamento tem que corresponder a isso também.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Adriana. Na pessoa de Adriana, agradeço às entidades que estão aqui presentes, todas elas da sociedade civil, que estão participando desta audiência.

Para fazer uso da palavra, para suas considerações finais, tem a palavra a Sra. Rita de Cássia, Consultora Legislativa de Orçamento do Senado Federal.

A SRA. RITA DE CÁSSIA LEAL FONSECA DOS SANTOS - Obrigada, Deputado.

Fazendo uma resposta bem rápida à Luíza, à provocação dela, na verdade a gente precisaria de toda uma audiência só para tratar dessa questão. Claro, existem as iniciativas que se vão buscando em função das necessidades, mas um princípio que não pode ser esquecido é que soluções paliativas não resolvem problemas estruturantes. Precisamos de uma abordagem sistêmica para darmos conta do problema.

Eu queria, Deputado, lembrar um aspecto que eu gosto muito de enfatizar toda vez que eu estou em uma Casa legislativa: nós temos uma Constituição praticamente parlamentarista. Os Legislativos nas três esferas de Governo têm amplas prerrogativas para fazer avançar a pauta das políticas públicas. Uma das coisas que nós não temos é a última milha em matéria orçamentária no modelo de gestão por resultados.



O PPA já avançou e traz resultados que precisam ser melhorados. Esta Mesa inclusive já trouxe essa pauta. Ele traz os indicadores, traz meta para os indicadores e traz as entregas que vão de fato apresentar os resultados. Porém, não existe orçamento dentro do PPA. Eu acho que uma pauta importante para esta Comissão é fazer essa última milha acontecer, é cobrar junto ao Executivo que isso é importante, porque sem ela, mesmo que a gente consiga fazer a marcação no Siga Brasil, criando os marcadores... Essa também é uma outra pauta importantíssima. Hoje a tecnologia da informação coloca dificuldade zero de se criarem quantos indicadores forem necessários sem que isso enrijeça o orçamento na base infralegal. Podemos e devemos avançar nisso. Se nós fizermos isso só no orçamento, continuamos sem o vínculo com o planejamento. Então, essa última milha é absolutamente fundamental.

Outra coisa que nós não temos ainda é o acompanhamento de metas físicas. Então, a gente fica acompanhando um orçamento que a gente não sabe o que, de fato, está entregando ali na ponta.

Precisamos plurianualizar uma boa parte da baixa execução. A gente fica aqui pedindo dinheiro: "*Queremos mais dinheiro*". Às vezes, a gente entra no Siga. Por exemplo, o colega ali falou sobre essa pauta do racismo ambiental. Existe uma ação de baixíssimo nível de execução voltada para apoiar projetos em comunidades vulneráveis, com soluções baseadas na natureza. Não é porque o Ministério seja incompetente, nada disso. Existe uma necessidade de maturação para o projeto começar a gerar a cota de pagamento dele que não está prevista em lugar nenhum. A gente não tem, na nossa estrutura de governança orçamentária, um instrumento em que o projeto seja aprovado e comece a ser amadurecido para então ocupar espaço fiscal. Ele já ocupa o espaço fiscal *a priori*, e não é executado. Isso é mais uma camada mostrando que precisamos rever a governança orçamentária. Não é como se as emendas estivessem estragando algo que é uma Brastemp vinda do Executivo. A gente sabe que não é isso. Então, precisamos realmente rever a governança numa visão sistêmica.

Obrigada por esta boa conversa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Em nome da Comissão, agradeço à Consultora Rita de Cássia pelos esclarecimentos.

Agora eu queria passar a palavra ao Sr. Vinicius Ribeiro, Consultor de Orçamento da Câmara Federal.



O SR. VINICIUS OLIVEIRA RIBEIRO - Obrigado.

Eu também queria falar sobre esse assunto das emendas da PEC 44. Ela reserva recursos tanto para emendas individuais quanto para emendas de bancada. Fez-se a comparação com os 50% da saúde, que tem um orçamento grande. Aqueles 50% ajudam o cumprimento do mínimo. Eu acho um pouco diferente a situação do meio ambiente, que tem um orçamento muito menor. Aquele recurso é bem decisivo para o meio ambiente. Eu tenho um pouco de receio das diversas demandas que são atendidas pelos Parlamentares dentro das emendas, desses 5%, mesmo que sejam vinculadas ao Fundo de Calamidades, se isso vai realmente atender às necessidades do meio ambiente, que são distintas em cada Estado, em cada Unidade da Federação. Eu tenho, pessoalmente, um pouco de receio se isso vai funcionar para a emenda individual. A emenda de bancada pode ser que tenha uma utilidade maior. Acho que é um debate importante a ser feito: a contribuição, vincular isso à emenda individual. Você poderia vincular uma outra coisa que o Poder Executivo seja obrigado a executar.

Era isso. Eu gostaria de agradecer a participação, o convite.

Só vou falar uma coisa importante que parece óbvia para a gente que trabalha com orçamento.

A gente está na fase da LDO. Terminou a fase de emendamento do texto e do anexo de metas e prioridades. Aquilo é colocado no anexo de metas e prioridades ou despesas que não terão limitação de empenho. Fazer isso não faz com que essa ação conste automaticamente do Orçamento. O projeto de lei orçamentária vai chegar ao Congresso 31 de agosto ou 1º de setembro, e essas demandas precisam ser colocadas no Orçamento. A LDO vai colocar as prioridades, mas as dotações precisam constar do Orçamento. Era só um lembrete sobre isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. Bloco/REDE - PE) - Obrigado, Vinicius.

Agradeço ao Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Para finalizar, eu queria dizer que esta Comissão vem realizando reuniões e audiências públicas e que é muito importante a participação da sociedade civil nessas audiências, para que se façam perguntas, para que a gente possa levar o resultado das audiências para a sociedade civil.



Não existe política pública sem orçamento, não existe resultado positivo sem garantia de recurso público, mas é importante não só o recurso, mas também que a gente acompanhe as metas desses orçamentos, os resultados, no que foi que isso se desdobrou efetivamente na vida das pessoas.

Infelizmente, a gente percebe que alguns discursos polêmicos comovem mais a sociedade do que a destinação de recursos a uma determinada política pública. Isso nos preocupa muito neste mundo de redes sociais, de algoritmos obscuros e de tentativas, muitas vezes, de ludibriar parte da população, e de não levar a população ao problema de fato, para que ele seja resolvido.

Dessa forma, eu queria agradecer às entidades que estiveram presentes aqui: o Inesp, o IDS, o Observatório do Clima, a Arayara e todas as entidades que se pronunciaram, porque elas cumprem um papel muito importante no sentido de dar transparência ao Orçamento, de discutir com profundidade, para que a sociedade civil possa pressionar este Congresso, esta Casa, esta Comissão, para trazer cada vez mais transparência aos recursos públicos, seja pela sociedade civil, seja por determinação da Justiça.

E isso está acontecendo. Eu vejo por parte de muitos Parlamentares também a disposição de dar transparência, no sentido de saber quem indicou o orçamento, para onde ele foi e, principalmente, qual foi o resultado da indicação daquele recurso público.

Dessa forma, agradeço o comparecimento de todos os convidados, das senhoras e dos senhores, dos Parlamentares, do Deputado Bohn Gass, dos assessores legislativos aqui presentes, dos servidores desta Casa.

Até a próxima audiência.

A reunião está encerrada.

Obrigado.